

PERÍCIA OFICIAL DO MARANHÃO-MA

AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



**EDITAL Nº 1 – PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA
CRIMINAL, DE 17 DE JULHO DE 2026**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Perícia Oficial do Maranhão – MA
Agente de Perícia Criminal

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	22
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	27
Emprego de tempos e modos verbais.....	28
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	30
Emprego das classes de palavras.....	36
Emprego dos sinais de pontuação	48
Concordância verbal e nominal.....	53
Regência verbal e nominal.....	59
Emprego do sinal indicativo de crase.....	66
Colocação dos pronomes átonos.....	70
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	73
Significação das palavras.....	75
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	79
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.	80
Questões	102
Gabarito.....	118

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO E CIENTÍFICO

Estruturas lógicas	1
Lógica de argumentação	5
Lógica sentencial (ou proposicional)	10
Princípios de contagem e probabilidade	19
Método científico	28
Fundamentos de eclética	34
Pensamento lateral e vertical	40
Hipóteses e teorias	45
Viés de pesquisa	51
Questões	56
Gabarito	66

INFORMÁTICA

Noções de sistemas operacionais	1
Noções de redes de computadores	13
Navegação e busca na Internet	26
Correio eletrônico	31
Redes neurais e inteligência artificial	37
Noções de computação na nuvem	39
Segurança da informação	41
Noções de algoritmos	47
Questões	48
Gabarito	57

NOÇÕES DE DIREITO

Direito administrativo: Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; Natureza, fins e princípios	1
Organização administrativa da União: administração direta e indireta	6
Agentes públicos: Espécies e classificação; Poderes, deveres e prerrogativas; Cargo, emprego e função públicos; Regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; Direitos e vantagens; Regime disciplinar	12
Responsabilidade civil, criminal e administrativa	19

SUMÁRIO



DIREITO APLICADO: Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941 e suas alterações); Prova: Disposições gerais; Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral	23
Questões	37
Gabarito.....	43

HISTÓRIA DO MARANHÃO

França equinocial: expedição de Daniel de La Touche; Fundação de São Luís; Batalha de Guaxenduba; Capitães-mores do Maranhão; Invasão holandesa; Expulsão dos holandeses; Estado do Maranhão e Grão-Pará: Revolta de Bequimão (causas e objetivos da revolta); Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará ..	1
Período do Império: adesão do Maranhão; Causas da não adesão: Batalha do Jenipapo	4
Independência do Brasil	10
Balaia da: caracterização e causas do movimento	17
Período republicano: adesão do Maranhão à República	24
Revolução de 1930 no Maranhão	30
Principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão na segunda metade do século XX	37
Questões	39
Gabarito.....	47

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

Localização do estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; áreas de proteção ambiental (APA); Parques nacionais; Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação; Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura; Geomorfologia: Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas; Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes (Parnaíba, Gurupi e Tocantins-Araguaia); Bacias dos rios genuinamente maranhenses; Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais; Geografia da população: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais; Agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária; Extrativismo: vegetal, animal e mineral; Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes; Malha viária: Portos e aeroportos; Cultura maranhense	1
Questões	14
Gabarito.....	20

SUMÁRIO



NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

Definição, histórico e doutrina da criminalística	1
Locais de crime: conceituação, classificação, isolamento e preservação de local de crime	8
Cadeia de custódia: conceitos, etapas e fases	17
Prova: Conceito e objeto da prova; Tipos de prova: confessional, testemunhal, documental e pericial; Formas da prova: direta e indireta.....	25
Perícia: Definição e prazos; Requisição de perícia; Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal	32
Corpo de delito: conceito	39
Finalidades dos levantamentos dos locais de crime contra a pessoa e contra o patrimônio.....	46
Vestígios de interesse forense e suas classificações.....	53
Locais de morte: Morte violenta; Local de morte por arma de fogo; Local de morte por instrumentos contundentes, cortantes, perfurantes ou mistos; Local de morte provocada por asfixia	60
Questões	67
Gabarito	74

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

Traumatologia forense: Conceitos; Estudo das lesões causadas por instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, cortocontundentes, perfurocontundentes, perfurocortantes	1
Asfixiologia: Enforcamento, estrangulamento, esganadura, sufocação, soterramento, afogamento, confinamento e gases inertes.....	8
Tanatologia forense: Cronotanatognose; morte suspeita; morte súbita; morte agonizante	16
Noções de instrumentos de ação mecânica: ação cortante, perfurante, contundente e mista	24
Noções de agentes químicos	32
Noções de agentes térmicos	40
Noções de sexologia forense	48
Questões	50
Gabarito.....	57



ARQUIVOLOGIA

Arquivística: princípios e conceitos	1
Gestão da informação e de documentos.....	5
Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos	10
Classificação de documentos de arquivo	15
Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo	21
Tabela de temporalidade de documentos de arquivo.....	26
Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo	30
Preservação e conservação de documentos de arquivo	35
Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos.....	45
Questões	49
Gabarito.....	54

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Identificação criminal (Lei nº 12.037/2009 e suas alterações)	1
Carteira de identidade (Lei nº 7.116/1983 e suas alterações, Decreto nº 89.250/1983 e suas alterações, Lei nº 5.553/1968 e suas alterações).....	3
Registro de identidade civil (Lei nº 9.454/1997 e suas alterações).....	7
Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações).....	8
Lei nº 7.116/1983 (expedição e validade nacional das carteiras de identidade).....	22
Questões	23
Gabarito.....	29



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Raciocínio Lógico e Científico

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.



SISTEMAS OPERACIONAIS

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

► **Gerenciamento de Processos**

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

► **Gerenciamento de Fluxos de Execução (Threads)**

Além do gerenciamento de processos, o sistema operacional também é responsável pelo controle dos fluxos de execução, conhecidos como threads. Uma thread é a menor unidade de execução dentro de um processo, permitindo que um mesmo programa execute múltiplas tarefas simultaneamente de forma mais eficiente. Diferentemente dos processos, as threads compartilham os mesmos recursos do processo ao qual pertencem, como memória e arquivos abertos, o que reduz o consumo de recursos do sistema.

O uso de múltiplas threads melhora o desempenho e a responsividade das aplicações, especialmente em sistemas multitarefa e em computadores com múltiplos núcleos de processamento. O sistema operacional gerencia a criação, execução, sincronização e finalização das threads, além de realizar o escalonamento para definir qual thread utilizará o processador em determinado momento. Esse controle garante melhor aproveitamento da CPU e maior eficiência na execução dos programas.

► **Gerenciamento de Memória**

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

► **Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída**

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.



ESTADO

► Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

▪ **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

▪ **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.



História do Maranhão

O estado do Maranhão, situado no Nordeste do Brasil, é uma região de vasta riqueza histórica e cultural que desempenhou um papel importante na formação do país. Desde os primórdios da colonização europeia até os movimentos revolucionários contra o domínio colonial, o Maranhão viveu uma trajetória marcada por eventos importantes que moldaram sua identidade.

Neste artigo, vamos explorar de forma abrangente os principais marcos da história maranhense desde a ousada expedição liderada por Daniel de La Touche até a emblemática Revolta de Bequimão.

► França Equinocial: A Intrépida Expedição de Daniel de La Touche

No início do século XVII, o Maranhão foi palco de uma das mais audaciosas e ousadas empreitadas coloniais lideradas pelo francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Esta expedição, conhecida como França Equinocial, representou uma tentativa ambiciosa de estabelecer uma colônia francesa em terras brasileiras.

Os desafios enfrentados pelos franceses foram vastos e complexos, variando desde tensões com os povos indígenas locais até confrontos com colonos portugueses já estabelecidos na região. Esta iniciativa, apesar de sua brevidade, deixou um legado profundo e duradouro na história do Maranhão, influenciando não apenas o desenvolvimento posterior da região, mas também contribuindo para a diversidade cultural e a troca de ideias no contexto colonial brasileiro.

► Fundação de São Luís: A Criação da Capital do Maranhão

Em 1612, os franceses fundaram o Forte de São Luís, nomeado em homenagem ao rei Luís XIII da França. No entanto, em 1615, os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsaram os franceses e estabeleceram a cidade de São Luís como um marco histórico de grande magnitude no panorama colonial do Maranhão.

Esta cidade não só consolidou a presença portuguesa na região, mas também representou uma virada no curso da história do Maranhão. A fundação de São Luís marcou o advento de uma nova era para a região, inaugurando um período de intensa atividade política, econômica e cultural.

Além de ser designada capital da recém-criada capitania, São Luís rapidamente emergiu como centro de influência e poder, exercendo profunda influência não só no Maranhão, mas também nas regiões circunvizinhas. O seu papel estratégico como porto, bem como a sua localização estratégica, impulsionou o seu desenvolvimento como um importante polo comercial e cultural, onde diferentes influências se entrelaçaram e enriqueceram a identidade regional.

► Batalha de Guaxenduba: A Defesa do Território Maranhense

Um dos momentos mais cruciais e emblemáticos da rica história militar do Maranhão foi a memorável Batalha de Guaxenduba, travada em 19 de novembro de 1614. Neste conflito de proporções épicas, as forças portuguesas enfrentaram os invasores franceses numa luta feroz pela soberania da região. Sob os céus impiedosos do Maranhão, as estratégias táticas e a determinação incansável dos portugueses e dos seus valentes aliados indígenas foram postas à prova.

No calor da batalha, entre o estrondo dos canhões e o eco dos gritos de guerra, a vitória foi para o lado português, selando assim o destino da região. Esta heroica vitória não só garantiu a continuidade do domínio português sobre o Maranhão, mas também constituiu um obstáculo intransponível às intenções expansionistas



Geografia do Maranhão

O Maranhão¹² ocupa uma posição de transição na paisagem brasileira, situando-se entre a Região Norte e a Região Nordeste, o que lhe confere características físicas e humanas de ambos os conjuntos regionais. Segundo os dados mais recentes do IBGE, referentes a 2025, o estado possui uma área territorial de 329.651,463 km², o que o coloca entre as maiores unidades federativas do país e faz dele o maior estado da Região Nordeste. Essa extensão territorial é responsável por uma diversidade paisagística pouco comum em outros estados nordestinos, pois o Maranhão reúne, em um único território, trechos de floresta amazônica, formações de cerrado, mata de transição e um extenso litoral. Essa posição de charneira geográfica também explica por que o estado é, com frequência, tratado como uma espécie de “estado de transição”, tanto do ponto de vista climático quanto econômico e cultural, funcionando como elo entre a Amazônia e o semiárido nordestino.



Limites com estados vizinhos e o oceano

O território maranhense faz limite com quatro unidades federativas e com o Oceano Atlântico, o que amplia sua importância estratégica no contexto regional. Ao norte, o estado é banhado pelo oceano, com um litoral que se estende por aproximadamente 640 quilômetros, o segundo mais extenso do Brasil, superado apenas pelo litoral baiano. A oeste, a fronteira é feita com o Pará, definida em grande parte pelo curso do rio Gurupi, que historicamente serviu de linha natural de separação entre as duas unidades. A leste, o limite se dá com o Piauí, tendo o rio Parnaíba como referência natural marcante em praticamente toda a sua extensão, o que faz desse curso d'água um elemento decisivo tanto na geografia física quanto na história da ocupação territorial da região. Ao sul, o Maranhão confronta-se com o Tocantins, em um limite que atravessa áreas de cerrado e de transição, correspondendo à porção onde se localizam os chapadões do sul do estado.

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Maranh%C3%A3o
2 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>



A criminalística é a disciplina técnico-científica dedicada ao reconhecimento, à preservação, ao registro, à coleta, ao exame e à interpretação dos vestígios relacionados a uma ocorrência de possível interesse jurídico. Sua atuação busca compreender materialmente o que aconteceu, de que maneira o fato ocorreu, quais instrumentos ou meios foram empregados e quais relações podem ser estabelecidas entre pessoas, objetos, ambientes e acontecimentos.

A criminalística não se limita à identificação do autor de uma infração. Seu compromisso principal é com a análise objetiva dos elementos materiais disponíveis. Em determinadas situações, os exames podem contribuir para vincular uma pessoa ao fato investigado; em outras, podem demonstrar que determinada hipótese não encontra sustentação nos vestígios. A atividade criminalística também pode comprovar acidentes, simulações, alterações de locais, inexistência de determinados eventos ou incompatibilidades entre uma narrativa e a realidade material observada.

Por essa razão, a criminalística deve ser compreendida como uma ciência aplicada. Ela utiliza conhecimentos provenientes de diferentes áreas, como química, física, biologia, informática, engenharia, medicina, matemática e estatística, adaptando métodos científicos às necessidades do exame pericial.

► **Objeto e finalidade**

O objeto central da criminalística é o vestígio. Vestígio é toda alteração material, objeto, substância, marca, sinal, dado ou registro que possa apresentar relação com o fato examinado. Uma mancha, uma impressão digital, uma deformação em uma porta, um arquivo eletrônico, um projétil, um fragmento de vidro ou uma marca de frenagem podem constituir vestígios, desde que sejam potencialmente relevantes para a compreensão da ocorrência.

A finalidade da criminalística consiste em transformar vestígios adequadamente examinados em informações técnico-científicas úteis. Essa transformação exige procedimentos controlados, documentação suficiente e interpretação fundamentada. O perito não deve atribuir significado definitivo a um elemento antes de considerar sua origem, seu estado de conservação, seu contexto e sua relação com os demais dados disponíveis.

Algumas perguntas orientam frequentemente o trabalho criminalístico:

- O que ocorreu materialmente no local ou no objeto examinado?
- Como o evento pode ter sido produzido?
- Quais instrumentos, substâncias ou mecanismos participaram da ocorrência?
- Em que sequência provável os acontecimentos se desenvolveram?
- Existe compatibilidade entre os vestígios e as versões apresentadas?
- É possível estabelecer ou excluir vínculos entre pessoas, objetos e ambientes?

► **Vestígio, evidência, indício e prova**

Esses termos são próximos, mas não devem ser utilizados como sinônimos absolutos. O vestígio é o elemento material encontrado ou identificado. Quando seu exame demonstra relevância e relação com o fato investigado, ele pode ser tratado como evidência técnico-científica. O indício é uma circunstância conhecida que permite, por raciocínio lógico, inferir outra circunstância. A prova é um conceito mais amplo, relacionado aos elementos admitidos e valorados no âmbito do processo para a formação do convencimento da autoridade competente.



A traumatologia forense é o ramo da medicina legal que estuda as lesões corporais produzidas por diferentes formas de energia, especialmente a energia mecânica. Seu objetivo é descrever as alterações encontradas, reconhecer o mecanismo vulnerante mais compatível, avaliar as consequências do trauma e fornecer elementos técnicos para a reconstrução do evento.

Trauma corresponde à ação de uma energia sobre o organismo. Lesão é a alteração anatômica ou funcional decorrente dessa ação. Instrumento vulnerante é o objeto ou meio que transmite a energia, enquanto mecanismo de ação corresponde à maneira pela qual essa energia atua sobre os tecidos.

A perícia não deve buscar apenas o nome do objeto. Diferentes instrumentos podem produzir lesões semelhantes, e o mesmo instrumento pode gerar aspectos distintos conforme sua região ativa, a força aplicada e o tecido atingido.

► **Classificação dos instrumentos mecânicos**

Ação simples e ação combinada

Os instrumentos são classificados principalmente de acordo com o modo de atuação sobre os tecidos. Essa classificação é funcional, e não depende exclusivamente da aparência ou da finalidade original do objeto.

Os principais grupos são:

- Instrumentos perfurantes, que atuam predominantemente por pressão e penetração através de uma extremidade pontiaguda.
- Instrumentos cortantes, que atuam pelo deslizamento de uma borda afiada sobre os tecidos.
- Instrumentos contundentes, que transferem energia por impacto, pressão, compressão, tração, torção ou atrito.
- Instrumentos cortocontundentes, que associam gume e força de impacto.
- Instrumentos perfurocontundentes, que combinam penetração e contusão.
- Instrumentos perfurocortantes, que penetram por uma ponta e seccionam por um ou mais gumes.

► **Fatores que determinam a morfologia da lesão**

Energia, direção e resistência dos tecidos

A aparência da lesão depende da massa, velocidade, forma, superfície e direção do instrumento. Também sofre influência do ângulo de incidência, do número de movimentos, da sustentação da região atingida e da movimentação relativa entre vítima e agente.

Os tecidos não respondem de maneira uniforme. A pele é elástica e pode deformar-se antes de romper. Músculos e órgãos apresentam diferentes graus de resistência, enquanto os ossos podem sustentar, desviar ou interromper o trajeto de um instrumento.

Uma pequena abertura cutânea pode corresponder a dano interno extenso. Em sentido inverso, uma lesão externa impressionante pode apresentar menor profundidade. Por isso, a avaliação não deve se limitar à superfície corporal.

**ARQUIVÍSTICA: FUNDAMENTOS, OBJETO E CAMPO DE ATUAÇÃO****► Conceito de Arquivística**

A Arquivística é a disciplina que estuda os arquivos, os documentos de arquivo, suas relações orgânicas, seus contextos de produção e os métodos empregados para sua gestão, preservação, organização, descrição e acesso. Seu objeto não se limita ao documento isolado. A análise arquivística considera o conjunto documental, a entidade produtora, as funções exercidas, os processos que originaram os registros e as relações internas que conferem significado ao acervo.

Os documentos de arquivo surgem como consequência natural das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Eles registram decisões, atos, transações, direitos, obrigações e procedimentos. Essa origem funcional distingue os documentos arquivísticos de materiais reunidos artificialmente por assunto, interesse temático ou finalidade colecionista.

A Arquivística trabalha com documentos em qualquer suporte. Registros textuais, audiovisuais, cartográficos, iconográficos, sonoros, digitais e eletrônicos podem integrar arquivos, desde que tenham sido produzidos ou recebidos no exercício de atividades e mantenham vínculo com o contexto que lhes deu origem.

► Arquivo como instituição, conjunto e local

A palavra arquivo possui diferentes sentidos. Pode designar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade; a instituição responsável pela custódia, gestão e acesso; ou o espaço físico e tecnológico destinado à guarda. A interpretação adequada depende do contexto em que o termo é utilizado.

Como conjunto documental, o arquivo resulta de acumulação orgânica. Os documentos se agregam em razão das atividades do produtor, e não por seleção temática posterior. Como instituição, o arquivo estabelece políticas, procedimentos, serviços e controles. Como local, compreende depósitos, áreas técnicas, repositórios digitais e ambientes de consulta.

Documento de arquivo

O documento de arquivo é um registro produzido ou recebido no curso de uma atividade, mantido como evidência e informação. Seu significado deriva do conteúdo, da forma, da estrutura e do contexto. Elementos como autor, destinatário, data, função, trâmite, vínculo com outros documentos e posição no conjunto contribuem para sua compreensão.

A autenticidade relaciona-se à capacidade de demonstrar que o documento é aquilo que declara ser. A integridade indica que o registro permanece completo e não sofreu alteração indevida. A confiabilidade está ligada à precisão com que representa o fato ou a atividade documentada. A usabilidade depende da possibilidade de localizar, recuperar, interpretar e utilizar o documento.

► Finalidades da Arquivística

A Arquivística busca garantir que os documentos permaneçam organizados, acessíveis, autênticos e preservados pelo tempo necessário. Também promove racionalização administrativa, transparência, proteção de direitos, memória institucional e produção de conhecimento.

Algumas finalidades se articulam de maneira permanente:

- **Eficiência administrativa:** assegurar localização rápida e uso adequado dos documentos.
- **Prova e responsabilização:** manter registros capazes de demonstrar atos, decisões e obrigações.
- **Preservação:** proteger documentos de valor duradouro contra perda, deterioração e obsolescência.



LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei.

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

- I – carteira de identidade;
- II – carteira de trabalho;
- III – carteira profissional;
- IV – passaporte;
- V – carteira de identificação funcional;
- VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;
- III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;
- IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;
- V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;
- VII – houver recebimento da denúncia pelo juiz por: (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - a) crime praticado com grave violência contra a pessoa; (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - b) crime contra a liberdade sexual ou crime sexual contra vulnerável; (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - c) crimes contra criança ou adolescente previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B e 241-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - d) crime previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando a organização criminosa utilizar ou tiver à sua disposição armas de fogo. (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

Art. 4º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificado.

Art. 5º A identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!